

ASPECTOS DE CIDADANIA, POBREZA E TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS NAS COMUNIDADES PENTECOSTAIS CLÁSSICAS: OLHARES SOCIOLÓGICOS

Sergio P. Gil de Alcantara¹

RESUMO

Este artigo apresenta alguns passos para análise dos aspectos da relação entre espiritualidade, cidadania, pobreza, e a significação social, desenvolvidas nas comunidades pentecostais clássicas. Para os olhares sociológicos, em pesquisa bibliográfica admitimos conceitos de autores tais como, T. Marshall, P. Berger, T. Luckmann, A. Schütz, P. Prado, S. Holanda, G. Freyre, V. Turner, entre outros, abordando assuntos que referenciam a cidadania, pobreza, transformação e significação sociais. Também admitimos os escritos de especialistas sobre o pentecostalismo brasileiro, a fim de esclarecerem de que forma se dariam as ações sociológicas pentecostais na cidadania, pobreza, e transformação social. Para reafirmar as perspectivas destes autores, realizamos pesquisa em observação participativa em comunidade pentecostal clássica gonçalense.

Palavras-chave: Cidadania; pobreza; transformações; pentecostais; espiritualidade.

¹ Psicanalista clínico e pastor evangélico. Mestre em ciências das religiões (FUV). Coordenador e professor de psicanálise (FATEF), Deão acadêmico e professor (SBBN). Contato: psrsergiogil@hotmail.com

ABSTRACT

This article presents a few steps for the analysis of aspects of the relationship between spirituality, citizenship, poverty, and social significance, developed in classical Pentecostal communities. For the sociological, looks in bibliographical research admitted concepts of authors such as t. Marshall, p. Berger, t. Luckmann, a. Schütz, p. Pawar, s. Holland, g. Freyre, v. Turner, among others, addressing subjects that reference to citizenship, poverty, transformation and social significance. Also accept the writings of experts about the Brazilian Pentecostalism, in order to clarify in what way would they sociological actions Pentecostals in citizenship, poverty, and social transformation. To reaffirm the prospects of these authors, we conduct research in participatory observation in classical pentecostal community gonçalense.

Key- words: Citizenship; poverty; transforms; pentecostals; spirituality.

INTRODUÇÃO

Rubem César diz que os evangélicos, e isto incluindo os pentecostais brasileiros, fariam uma distinção entre a igreja e o mundo, ou entre as coisas do Reino e as coisas do mundo. Essa distinção influenciaria o desempenho na vida em sociedade. O mundo seria orientado pela desordem, pelo ódio, oferecendo a morte, enquanto que a igreja seria significada como a ordem, o amor e a vida. A igreja seria formada dos “lavados pelo sangue de Cristo”.²

A relação entre a espiritualidade e a sociedade, ou seja, a participação civil seria marcada por uma ideia social relacionada ao coletivo e o espiritual, relacionada às condições pessoais e individuais. Além, de expressarem realidades diferentes. Para D’Epinay, o pentecostalismo não

² FERNANDES, Rubem César. Governo das almas. As denominações evangélicas no Grande Rio. In: ANTONIAZZI, Albert. *Nem anjos, nem demônios. Interpretações sociológicas do pentecostalismo*. Petrópolis: Vozes, 1994. 173-175.

seria uma cópia das sociedades latino Américas, mas sim uma reinterpretação com sistema social e de valores próprios. “O pentecostalismo é uma mensagem de ruptura que edifica uma contra-igreja e uma contra-sociedade”.³

Leonildo Campos diz que as tentativas de compreensão sobre uma relação entre o pentecostalismo e a pobreza seriam deixadas de lado, principalmente os argumentos baseados na teoria marxista que lembram a atitude anestesiada – religião como ópio do povo – em detrimento ao despertar a uma atitude revolucionária. “(...) esta última não ocorreu, e é bem certo que o pentecostalismo ‘é algo a mais que o ópio’. Portanto, reduzi-lo somente a uma questão de lutas de classes pode ser uma opção metodológica, empobrecedora da religião dos pobres”. Cecília Mariz também se recusaria a aceitar que o pentecostalismo, com relação à pobreza, seria alienado⁴, pois expressaria certa vinculação de proventos materiais com a fé.⁵

No entanto, para o aproveitamento em pesquisa destas assertivas, faz-se necessária a conceituação sociológica da cidadania, da pobreza, da formação e transformação social, e ainda da ressignificação social.

³ D’EPINAY, Christian Lalive. Religião, espiritualidade e sociedade. Estudos sociológicos do pentecostalismo latino americano. In: O Pentecostalismo. *Cadernos do ISER nº6 – Instituto Superior de Estudos da Religião*. São Paulo: Tempo e Esperança Editora, 1977. p. 9.

⁴ CAMPOS, L. S. *Teatro, templo e mercado: organização e marketing de um empreendimento neopentecostal*. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Simpósio Editora e Universidade Metodista de São Paulo, 1997. p. 35, 40.

⁵ MARIZ, Cecília Loreto. “Pentecostalismo e a luta contra a pobreza no Brasil”. In: GUTIERREZ, B. CAMPOS, L. S. (Eds.). *Na força do Espírito. Os pentecostais na América Latina: um desafio às igrejas históricas*. São Paulo: Aipral, 1996. p. 184.

1 DA CIDADANIA

Para melhor compreensão e apoio a este desenvolvimento investigativo, tornam-se necessários alguns conceitos de cidadania.⁶

Para Marshall a cidadania estaria em constante relação com as estruturas de classes, ou seja, embutida nestas estruturas mediante graus de participação e as desigualdades promovidas por vários níveis econômicos da sociedade.⁷ Marshall diz que a cidadania teria derivações

⁶ Aristóteles diz que “um homem incapaz de integrar-se numa comunidade ou que seja autossuficiente a ponto de não precisar fazê-lo não é parte de uma cidade, por ser um animal selvagem ou um deus”. ARISTÓTELES. *Política*. Brasília: UNB, 1988. p. 15-16. Seria na convivência política que os homens se distinguiriam das outras espécies animais, quando realizariam ações através de palavras e atos que mereceriam ser lembrados e registrados como fatos históricos. “uma espécie de segunda vida, seu *bios politikos*, dedicada aos assuntos públicos e políticos”. ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1983. p. 20. A cidadania romana seria fruto de progresso e estratégia, conseguida através de transferências de domicílio para a cidade de Roma, ou prêmio por bravura militar, ou por outras leis que se estendiam aos outros habitantes do império. Poderia ser adquirida pelo nascimento de pais romanos. A condição de *status civitatis* era ser filho de uma romana. FETTER, Marília. A cidadania imperial romana. In: *Governo do Estado do Rio Grande do Sul – Secretaria de Educação*, 1993. p. 31-32. Em referência ao período histórico conhecido por Idade Média, Corrêa diz que a cidadania passaria por uma voz jurídica natural que seria interpretada pelos chefes religiosos, de forma ideológica interpretando o justo natural contemplando seus próprios interesses. Aos oprimidos ficaria a opção de obediência ou caírem na ira divina, manifestada por seus representantes na terra. “(...) Portanto temos legitimada no discurso justificador do modo de produção feudal uma concepção discriminatória de cidadania, na qual os direitos eram reservados aos detentores de poder econômico da época, cabendo aos servos, no máximo, a cidadania regulada (...)”. CORRÊA DARCÍSIO. *A construção da cidadania: reflexões histórico-políticas*. Ijuí: UNIJUI, 1999, p. 44. No caso dos atenienses contemporâneos de Aristóteles, a cidadania constituiria um mérito destinado aos homens livres, os quais seriam nascidos na *polis*, e filhos de pais pertencentes à classe de cidadãos. TIBOLA, Luciana Rosniak. *A formação do cidadão no ensino público fundamental entre as décadas de 70 e 90: considerações sobre a legislação educacional*. Dissertação apresentado ao curso de Mestrado em educação da Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria: UFSM, 2006. p. 23.

⁷ MARSHALL, T. H. *Cidadania, classe social e “status”*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967. p. 62.

de elementos, civil, político e social. Com relação ao direito civil, a cidadania estaria relacionada à garantia de propriedade, e conclusões de contratos, afirmando sua igualdade com os demais da sociedade. Quanto à política, a cidadania estaria na possibilidade de participação do poder político, elegendo e sendo eleito, e em organismo de Estado. O elemento social de cidadania seria com relação “a tudo o que vai desde o direito a um mínimo de bem-estar econômico e segurança ao direito de participar (...) na herança social e levar a vida de um ser civilizado de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade”.⁸

(...) Exemplos de cidadania construída de baixo para cima são as experiências históricas marcadas pela luta por direitos civis e políticos, afinal conquistados ao Estado absolutista. (...) A cidadania pode ser adquirida dentro do espaço público, mediante a conquista do Estado, ou dentro do espaço privado, mediante a afirmação dos direitos individuais, em parte sustentados por organizações voluntárias que constituem barreiras à ação do Estado.⁹

A cidadania se tornaria exercício de direitos e deveres empregados pelo cidadão, em forma mais efetiva no mundo contemporâneo, e com caráter mais amplo. A pobreza seria definida pelo nível na obtenção de condições que suprem as necessidades elementares humanas, tais como, comida, vestuário, saúde, abrigo, etc. A significação social atuaria na vida cotidiana marcada pela realidade dominante.

O emprego do termo “cidadania” teria origem a partir do vocábulo latino *civitas*, que para os romanos significava a conduta e o desempenho do habitante da *polis*, que seriam cidades-estados. O termo “cidadão” teria origem no vocábulo latino *civis*, significando o habitante da cidade.¹⁰ O

⁸ MARSHALL, 1967. p. 63-64.

⁹ CARVALHO, J. M. de. *Cidadania: tipos e percursos*. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, n. 18, 1996. p. 1.

¹⁰ FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. *Dicionário de ciências sociais*. Rio de Janeiro: FGV, 1986. p. 177.

cidadão seria “aquele que tem o poder de participar da administração judicial ou da atividade deliberativa do Estado, apto para governar e ser governado”.¹¹

A cidadania se distinguiria da classe social, pois ambos se encontrariam em guerra, levando-se em conta os direitos legais e costumes estabelecidos, coercitivos, e envolvidos em sistemas capitalistas ocorridos pelo desempenho de economia de mercado. Isso levaria a discussão e tensão sobre igualdade e desigualdade social em promoção à cidadania, ou em casos de reafirmações de direito e privilégio de alguns poucos em detrimento a grande maioria.¹²

E, como se daria a pobreza?

2 DA POBREZA

A pobreza seria definida pelo nível na obtenção de condições que suprem as necessidades elementares humanas, tais como, comida, vestuário, saúde, abrigo, etc. Tanto um indivíduo ou uma sociedade inteira poderia estar em situação de pobreza quando sua situação não possibilitaria o acesso à boa alimentação, cuidados com a saúde, e condições dignas de moradia. A aferição do estado de pobreza consistiria em “combinar indicadores da renda familiar a indicadores com acesso a população, a bens e a serviços essenciais, como moradia, saneamento, educação, serviços de saúde, entre outros”. No Brasil, a pobreza seria medida pela insuficiência de renda que incidiriam tanto nas populações rurais, tanto nas populações urbanas, principalmente as de periferia.¹³

¹¹ FUNCAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 1986, p. 178.

¹² MARSHALL, 1967, p. 87.

¹³ Todo o parágrafo baseado na obra de MONTEIRO, Carlos Augusto. A dimensão da pobreza, da fome e da desnutrição no Brasil. *Estud. av.* [online]. 1995, vol. 9, n. 24, p. 195-207.

A partir da década de 1980, no Brasil, a pobreza ganharia uma conotação mais relativa à privação de comportamentos socialmente adequados. No entanto, a partir dos anos 2000, a pobreza seria definida como “uma privação das capacidades básicas de um indivíduo e não apenas como uma renda inferior a um patamar pré-estabelecido”. Tal capacidade seria descrita como liberdade para a realização de estilos de vida diversos. Isto provocaria certa privação de vida que as pessoas poderiam levar, também das liberdades que poderia ter. Com isso, os pobres teriam a consciência da falta de voz, poder, e independência sempre sujeitas à exploração, e humilhação. Em aspecto psicológico, a pobreza produziria certa dor causada pelas rupturas com as normas sociais, tais como, a identidade cultural, e vida comunitária.¹⁴ “Pobreza é estar doente e não poder ir ao médico. Pobreza é não poder ir a escolar e não saber ler. Pobreza é não ter emprego, é temer o futuro, é viver um dia de cada vez. Pobreza é perder um filho para a doença trazida pela água não tratada”.¹⁵

A aferição do estado de pobreza consistiria em “combinar indicadores da renda familiar a indicadores com acesso a população, a bens e a serviços essenciais, como moradia, saneamento, educação, serviços de saúde, entre outros”. No Brasil, a pobreza seria medida pela insuficiência de renda que incidiriam tanto nas populações rurais, tanto nas populações urbanas, principalmente as de periferia.¹⁶

Haveria uma relação próxima entre a pobreza no Brasil e a espiritualidade pentecostal clássica?

¹⁴ CRESPO, Antônio Pedro Albernaz. GUROVITZ, Elaine. A pobreza como um fenômeno multidimensional. *RAE-eletrônica*, Volume 1, Número 2, jul-dez/2002, p. 5.

¹⁵ NARAYAN *apud* CRESPO e GUROVITZ, 2002, p. 11.

¹⁶ Todo o parágrafo baseado na obra de MONTEIRO, Carlos Augusto. A dimensão da pobreza, da fome e da desnutrição no Brasil. *Estud. av. [online]*. 1995, vol. 9, n. 24, p. 195-207.

3 ESPIRITUALIDADE E POBREZA NAS COMUNIDADES PENTECOSTAIS CLÁSSICAS

Para Ruben Alves, o pentecostalismo seria a religião dos pobres, fracos e dominados, revelando o suspiro dos oprimidos, e a impotência diante das realidades, mas possibilitando esperança em outro mundo, perfeito, alegre, justo e eterno. Em relação às reivindicações de classes sociais menos abastadas e oprimidas, e sua relação com a religião, o autor diz que “a religião não é a causa da alienação política. O inverso é verdadeiro: é a alienação política que é a causa deste tipo de religião”.¹⁷

O pentecostalismo seria a religião dos deserdados que possibilitaria aos pobres ocupar um lugar de direito, por decreto divino. Sob o aspecto teológico, a bem aventurança bíblica, encontrada no texto do evangelho de Lucas, capítulo seis, verso vinte, daria ao pobre a posse do reino de Deus. Desta forma, haveria uma impulsão de vida, no sentido de conquistas e posses internalizadas pela religiosidade pentecostal, portanto, possibilitaria a construção do próprio destino, uma vez autorizado divinamente.¹⁸ Por outro lado, Mendonça tem uma percepção de que o pentecostalismo possuiria estratos burgueses, embora fosse alimentado por “(...) extratos periféricos da população, principalmente urbana industriais”.¹⁹ O pentecostalismo embora tenha atingido a classe média, também a classe mais alta, ainda “(...) recruta a maioria de seus adeptos entre os pobres das periferias urbanas”.²⁰

¹⁷ ALVES, Ruben. Religião e enfermidade. In: REGIS DE MORAIS, J. F. *A construção social da enfermidade*. São Paulo: Cortez e Moraes, 1978. p. 44.

¹⁸ LOPES, Marcelo. Bem aventurados os ‘pobres’; porque eles reinam (ao menos) no ‘pentecostalismo’. *Acta Scientiarum. Human and Social Sciences*. Maringá, v. 34, n. 2, p. 141-145, July-Dec., 2012.

¹⁹ MENDONÇA, A. G. *Protestantes, pentecostais e ecumênicos: o campo religioso e seus personagens*. 2. ed. São Bernardo do Campo: UMESP, 2008. p. 68.

²⁰ Todo o parágrafo baseado na obra MARIANO, R. Pentecostalismo no Brasil. Cem anos. *Revista do Instituto Humanitas Unisinos*, v. 10, n. 329, p. 6, 2010.

Francisco Rolim escreve que um de seus entrevistados, sobre uma consciência pentecostal social e a relação sobre a pobreza, diz que neste mundo novo “(...) num vai mais ter sofrimento, nem doenças, nem pestes, nem guerra”. Esta aspiração pelo mundo novo traria uma ideia de não preocupação com a sociedade temporal, isto é, a não importância das causas sociais, consideradas temporais. Tendo uma promessa e certeza de uma vida melhor individual, então, não haveria importância, outras preocupações, mais coletivas, que seriam consequentemente, deixadas de lado.²¹ “O sofrimento não é um ideal, mas uma prática e uma práxis com função ideológica; ela dá a veracidade do grupo, a legitimação da verdade do mesmo, pois é esse sofrimento que constrói a identificação com os Atos dos Apóstolos”.²²

A espera pela segunda vinda de Cristo remeteria à esperança, e à utopia do milênio, apregoadas como um período reinante de justiça e paz.²³ Corroborando com esta posição, Antoniazzi diz que o pentecostalismo pareceria mais atraente a aquele que precisa satisfazer as necessidades pessoais, espirituais e familiares. Uma certeza e consciência esperançosa mental. O milênio chegaria, e então, estas causas sociais, no aspecto coletivo, e do mundo ao nosso redor, seriam sem proveito, pois tudo seria resolvido com a contemplação do evento futuro.²⁴

O pentecostalismo está se desenvolvendo nas “(...) camadas empobrecidas – aos pedreiros, sapateiros, chapeleiros, alfaiates, motoristas, trabalhadores, rurais, empregadas domésticas, gente de pouca qualificação profissional e de reduzida instrução.”²⁵ A consciência pentecostal, a respeito

²¹ Todo o parágrafo baseado na obra de ROLIM, Francisco. Cartaxo. *O que é o pentecostalismo*. Brasília: Brasiliense, 1987. p. 14.

²² ALENCAR, Gedeon. *Matriz pentecostal brasileira. Assembleias de Deus 1911-2011*. Rio de Janeiro: Novos Diálogos, 2013. p. 40.

²³ ROLIM, 1987, p. 14.

²⁴ ANTONIAZZI, 1994, p. 21.

²⁵ ROLIM, 1987, p. 23, 24.

da pobreza e dos problemas sociais, utilizaria certas significações, as quais dariam o tom desta construção. Então, como seria a marcação da realidade social pentecostal clássica?

4 SIGNIFICAÇÃO SOCIAL NAS COMUNIDADES PENTECOSTAIS CLÁSSICAS

Sobre a significação social, Alfred Schütz, verifica que o indivíduo admitiria um padrão cultural de vida, que se tornaria no senso comum, auxiliador de sua vida cotidiana.²⁶ “A vida cotidiana apresenta-se como uma realidade interpretada pelos homens e subjetivamente dotada de sentido para eles na medida em que forma um mundo coerente”.²⁷

O uso do senso comum possibilitaria ao indivíduo a interpretação de suas experiências dentro de um mundo social ordenado.²⁸ “O senso comum contém inumeráveis interpretações pré-científicas e quase científicas sobre a realidade cotidiana que admite como certas”.²⁹

Primeiro, haveria a experimentação de um campo de reais e possíveis ações, e depois do próprio pensamento, a fim de promoção de propósitos e rompimento de possíveis barreiras. Esta experimentação produziria conhecimento de acordo com os interesses relevantes ao indivíduo. Sendo assim, quando a situação fosse favorável, não haveria a devida importância de conhecer o funcionamento que levaria ao determinado conceito. Para evidenciar este raciocínio, Schütz toma a

²⁶ SCHÜTZ, Alfred. O estrangeiro – um ensaio em psicologia social. Tradução Marcio Duarte e Michael Hanke. *Revista Espaço Acadêmico* – nº 113 – outubro de 2010, p. 119.

²⁷ BERGER, Peter L. LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 35.

²⁸ SHÜTZ, 2010, p. 119-120.

²⁹ BERGER; LUCKMANN, 2009, p. 37.

situação do estrangeiro, em relação a outro grupo social, ou outra nação, diferente da dele, e diz que este, por razão de sua crise pessoal, não compartilharia as suposições básicas “porque não compartilha da forte tradição histórica”. “Ele torna-se essencialmente o homem que tem que colocar em questão aproximadamente, quase tudo que parece ser inquestionável para os membros do grupo a ele se aproxima”.³⁰

O sonhador, o físico, o artista e o místico – também vivem na realidade da vida cotidiana. Na verdade um de seus importantes problemas é interpretar a coexistência destas realidades com os enclaves de realidade em que se aventuram.³¹

Ferdinand Saussure diz que a linguagem possuiria características primordiais que representariam o psiquismo empregado para expressar determinada realidade. A proposta quanto ao funcionamento da linguagem se basearia em conceber a ideia do signo, do significante e do significado, daquilo que se expressaria com a linguagem. Ambos seriam realidades construídas pelo próprio homem, diferentemente de Charles Pierce, que contava com algumas bases da linguagem, já preexistentes, assim como ideias e a história. “O signo linguístico une não uma coisa e uma palavra, mas um conceito e uma imagem acústica”.³²

Para Saussure, o signo seria arbitrário e de relação direta com o objeto representado. De forma específica a cruz para os cristãos possuiria uma relação específica de representação, mesmo que arbitrária. Por outro lado, o significante teria uma natureza auditiva e constituição cultural, manifestado por uma cadeia da fala, expressando sintagmas que seriam os sintomas utilizados para descrição do que se compreende ou do que se sente. E, o significado agregaria estas funções, funcionando como um

³⁰ Todo o parágrafo baseado na obra de SCHÜTZ, 2010, p. 119-121.

³¹ BERGER; LUCKMANN, 2009, p. 45.

³² Todo o parágrafo baseado na obra de SAUSSURE, Ferdinand. Curso de linguística geral. 20. ed. São Paulo: Editora Cultrix, 1995, p. 79-80.

código a ser entendido e interpretado. Essa relação associativa possuiria elementos de memória, formadoras de grupos sociais e suas relações diversas.³³

O culto pentecostal ressignificaria as memórias sociais dos agentes nele envolvidos, promovendo uma “eticização da religião”, ou seja, submetendo as formas mágicas da religião popular, a uma única forma de “magia mais forte, única e justa que destrói os múltiplos espíritos e magias aéticas”. Em meio à prática de línguas estranhas e de mistério, que no momento específico do culto, ou reuniões específicas de busca do Espírito, o pentecostalismo, com relação à significação, dicotomizaria os símbolos antes “confusos na religião popular”. Eles continuariam existindo, porém com um tratamento diferente.³⁴

O pentecostalismo promoveria uma ressignificação dos estereótipos negativos da sociedade, inserindo indivíduos antes tidos como marginais em um grupo, dando a estes uma identidade, dando uma conotação positiva aos espaços, antes tidos como “não nobres” para a sociedade, esses espaços passam a ser “marcas da presença de Deus”. O pentecostalismo retrabalharia seus elementos, emprestando uma dimensão ética-moral aos indivíduos, possibilitando “redenção” ou resignação, frente a situações socioculturais desfavoráveis.³⁵ A espiritualidade pentecostal tomaria certa particularidade libertadora e incentivadora de coragem e impetuosidade, em modo de viver.³⁶

Para Rolim, trata-se de “memória de um passado religioso, social e político de um povo a uma nova história que começa em Pentecostes”.³⁷

³³ Todo o parágrafo baseado na obra de SAUSURRE, 1995, p. 81-84.

³⁴ MARIZ, Cecília Loreto. “Pentecostalismo e a Luta contra a Pobreza no Brasil”. In: GUTIERREZ; CAMPOS, p. 220, 1996.

³⁵ BARRERA RIVERA, Paulo. *Tradição, transmissão e emoção religiosa. So-ciologia do Protestantismo na América Latina*. São Paulo: Olho D’Água, 2001, p. 143-144.

³⁶ ROLIM, 1987, p.13.

³⁷ ROLIM, 1987, p. 16.

Nesta visão, a narrativa de Pentecostes ofereceria cumprimento de promessas, as quais envolveriam libertação e regozijo. Faria unido em face da própria história de vida do adepto, ou seja, o que aconteceu no passado, envolvendo um povo, também poderia acontecer nos dias de hoje, envolvendo todo aquele que passa pela experiência comunitária do batismo do Espírito Santo, o que o tornaria pertencente à mesma comunidade.³⁸

Campos Jr. diz que o pentecostalismo se tornaria incentivador de manutenção das relações entre seus adeptos, conectando os preceitos de salvação com o comportamento, e modo de vida singular e diferenciada do restante da sociedade, tais como, a prática de esportes como o futebol, o qual simboliza a paixão pelo mundo, ou pelos prazeres mundanos. Sobre a vida cotidiana, a leitura do adepto ao pentecostalismo sobre a realidade diária, não poderia faltar à agência e parceria do Espírito Santo, que ofereceria condições para enfrentar o mundo. “O mundo aqui é sempre entendido como um espaço onde o pecado e a falta de Deus estão presentes”.³⁹

Se a vida cotidiana seria construída, e com ela as significações da religião, como se dariam ao processo de formação da sociedade brasileira, na qual o pentecostalismo é inserido, quais seriam os pontos principais a serem tocados com relação às transformações sociais, exercidas pelos pentecostais clássicos?

5 TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS NAS COMUNIDADES PENTECOSTAIS CLÁSSICAS

Para Gilberto Freyre o processo de formação da sociedade brasileira, desde os tempos coloniais, estaria marcado por antagonismos em equilíbrio

³⁸ ROLIM, 1987, p. 17.

³⁹ Todo o parágrafo é baseado na obra de CAMPOS Jr., Luis de Castro. *Pentecostalismo e transformações na sociedade: a igreja avivamento bíblico*. São Paulo: Annablume, 2009. p. 136-137.

baseado na aproximação do senhor de engenho com as suas escravas, que resultaria na mestiçagem advinda destas relações⁴⁰. Relações sociais que se acomodariam, sem geração de conflitos de classes, mas claramente em oposição a partir da fartura, do domínio e das forças atuantes a partir da casa grande “gorda” – uma expressão cultural de época, relacionando a preferência ideal de beleza da mulher⁴¹ - e a senzala simbolizada pela precariedade e dependência, oprimida, portanto, “magra”.⁴² Para Freyre, a forma de agir do grande proprietário seria importante e benéfico, para o desenvolvimento social brasileiro, tornando laços emocionais acomodados em régias de patriarcalismo, evidenciando o controle em mandos e desmandos que submetem o controle dos submissos, ou seja, os sem propriedades, a mestiçagem e familiares. “Relações com alguma coisa de incestuoso no erotismo às vezes doentio. É mesmo possível que, em alguns casos, se amassem o filho branco e a filha mulata do mesmo pai”. Um sistema que seria clanizado, ou seja, dependente das autoridades estabelecidas pelo clã. “Uma grande tribo ou família cujos avós eram comuns”.⁴³

Por outro lado, Sergio Buarque de Holanda não entenderia que a acomodação das relações sociais, identificada por Freyre, seria de boa utilidade para o desenvolvimento social brasileiro, que desagregaria a unidade social. Holanda também argumenta que a experiência latifundiária seria uma experiência exclusivamente brasileira, devido a sua grande quantidade de terras produtivas, as quais os portugueses não estariam habituados, por não possuírem tão grandes extensões de terras, apenas quintas ou propriedades menores.⁴⁴ Esse fato teria motivado a ação de

⁴⁰ FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala em quadrinhos*. 3. ed. São Paulo: Global, 2005. p. 08.

⁴¹ FREYRE, 2005, p. 31.

⁴² FREYRE, 2005, p. 14-16.

⁴³ FREYRE, 2005, p. 46-48.

⁴⁴ HOLANDA, Sergio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. p. 48, 49.

aventureiros que explorariam a terra, saem preocupações de desenvolvimentos futuros. Trabalhariam, usufruiriam da produtividade, no entanto, estabeleceriam o ócio até enquanto perdurasse as benesses da terra. “Essa exploração dos trópicos não se processou, em verdade, por um empreendimento metódico e racional, não emanou de uma vontade construtora e enérgica: fez-se antes com desleixo e certo abandono”.⁴⁵ O autor discorre da influência sociorreligiosa cultural, abordando o sentido da “divina providência” católica romana que defenderia o desapego ao acúmulo de riquezas, em detrimento aos grupos calvinistas, os quais colaborariam com o desenvolvimento de suas economias locais – europeias, pois

a exaltação dos valores cordiais e das formas concretas e sensíveis da religião, que no catolicismo tridentino parecem representar uma exigência do esforço de reconquista espiritual e da propaganda da fé perante a ofensiva da Reforma, encontraram entre nós um terreno de eleição e acomodaram-se bem a outros aspectos típicos de nosso comportamento social.⁴⁶

A sociedade brasileira nasceria sem vínculos para o futuro, de forma exploratória e aventureira. A mestiçagem louvada por Freyre não seria colaboradora da unidade social brasileira, e sim, desagregadora. Estabeleceria uma carência de orgulho racial.⁴⁷

Holanda descreve o brasileiro como o “homem cordial”. O homem cordial agiria de forma sentimental, tanto para o bem, tanto quanto para o mal, de acordo com o pensamento clanizado com estruturas bem mais familiares do que públicas. Embora o avanço da modernidade fosse mais racional e de modo público, o homem cordial brasileiro agiria de forma regional clanizada e emocional, permitindo a irracionalidade em relação às questões públicas. Por estes motivos, o autor acredita na impossibilidade

⁴⁵ HOLANDA, 2012, p. 43.

⁴⁶ HOLANDA, 2012, p. 151.

⁴⁷ Todo parágrafo baseado na obra de HOLANDA, 2012, p. 46, 47.

de fixação e estabilização do brasileiro, embora admitisse que a sociedade ainda se visse marcada por sua presença.⁴⁸

Paulo Prado também acentua certa condição anárquica, aventureira e escravocrata imposta pelos colonizadores portugueses à sociedade brasileira, em detrimento aos peregrinos ingleses que influenciam as sociedades com religião e espiritualidade, trabalho e vida social virtuosa. “A vida social brasileira seria marcada por vícios, luxúria, cobiça e desejos carnisais. Dominavam-no dois sentimentos tirânicos: sensualismo e paixão do ouro. (...) Contribuíam como cúmplices três fatores: o clima, a terra, a mulher indígena ou a escrava africana”.⁴⁹

O brasileiro se tornaria clanzado, com compromissos sociais muito mais emocionais do que racionais. A acomodação entre as classes sociais – legitimadas pelo discurso católico romano da “divina providência” – a partir do grande proprietário, senhor de engenho, e dos sem propriedade, escravos, nativos e outros descendentes de colonos, dariam o tom patriarcalismo mandatário, objetivando interesses dominantes.⁵⁰

O pentecostalismo demonstraria poder transformador social abrindo espaço para as minorias concedendo sentimentos de pertença e empoderamento de seus adeptos participantes. Seria um movimento de consciência social que se preocuparia com a qualidade de vida dos menos favorecidos, alfabetizando – através da bíblia – proporcionando uma nova chance aqueles dispostos a viverem na “presença de Cristo”. O pentecostalismo proporcionaria ascensão do indivíduo mais simples e humilde legando cidadania e igualdade.⁵¹

⁴⁸ Todo o parágrafo baseado na obra de HOLANDA, 2012, p. 33.

⁴⁹ Todo o parágrafo baseado na obra de PRADO, Paulo. *Retratos do Brasil: ensaios sobre a tristeza brasileira*. 2. ed. São Paulo: IBRASA; Brasília: INL, 1981. p. 90.

⁵⁰ HOLANDA, p. 147-151.

⁵¹ Todo o parágrafo baseado na obra de MOREIRA, Cosme Alexandre Ribeiro. A força do pentecostalismo para transformar a sociedade: visão profética ou consequência da perseverança? In: OLIVEIRA, David Mesquiati de (Org.). *Pentecostalismo e transformação social*. São Paulo: Fonte Editorial, 2013. p. 85.

No entanto, Mesquiati lembra que certos grupos pentecostais precisariam voltar às profecias bíblicas para não se distanciarem das exigências sociais. O autor alerta que a sociedade, com seus anseios e necessidades, estaria disciplinando a igreja, e com isso, em vez da igreja se tornar profética para a sociedade, o inverso aconteceria. Na visão de Mesquiati, o pentecostalismo não deveria se acomodar com as ideologias advindas da sociedade e até de outras religiões, mas resistir sugerindo soluções que ofereceriam pequenas reformas, utilizando-se de linguagem eficaz, não alienada, libertadora, e transformadora.⁵²

Mendonça diz que para pessoas com poucas oportunidades, não inseridas em contexto social, e que a vida negaria possibilidades de bem estar, as questões transcendentais viriam satisfazer suas necessidades de esperança no futuro melhor, inclusive possibilitando sentimento de pertença a um determinado grupo social. Tais pessoas se tornariam dependentes deste remédio, que orientaria e traria soluções para os problemas do dia a dia. Os cultos desenvolvidos pelas comunidades pentecostais tornariam instâncias apelativas, utilizadas por indivíduos mais carentes possuem. Nos dias de hoje, já seriam mais abrangentes em várias classes e estratos sociais da população, mas ainda contaria com a “constante realimentação feita pelos estratos periféricos da população, principalmente urbano industriais”.⁵³

Para José Bittencourt o indivíduo procuraria certa autorrealização em realidade tão complexa, que escaparia a compreensão, mas determinante à sua existência. A religiosidade intensa – desenvolvida pelo “indivíduo subjetivamente autônomo” - em meio à secularização e pós-modernismo disporia a intenção de solução para os conflitos oriundos da impotência

⁵² Todo o parágrafo baseado na obra de OLIVEIRA, 2013, p. 59-61.

⁵³ Todo o parágrafo baseado na obra de MENDONÇA, 2008, p. 68.

diante dos “determinantes objetivos de sua existência. Tal solução depende da situação de classe e da biografia de cada um (...)”.⁵⁴

O pentecostalismo ofereceria mudança e transformação social com a participação do indivíduo em conjunto com outros, formando grupos sociais baseados no empoderamento e pertencimento.⁵⁵

6 REINSERÇÃO SOCIAL NAS COMUNIDADES PENTECOSTAIS CLÁSSICAS GONÇALENSES

Na cidade de São Gonçalo, no bairro de Alcântara, existe um plano de ação de benesses para a parte da população e seus extratos sociais, menos providos do bairro. Esta ação é promovida por uma comunidade de cunho pentecostal, sendo uma “filial” do Centro Evangelístico Internacional, advindo da Assembleia de Deus do Fonseca – Niterói/RJ. A Ação promovida pela Igreja acontece em suas próprias dependências, sendo assim, oferecido o ingresso em sua propriedade daqueles que estariam necessitados de um preparo profissional, ou outro tipo de orientação, em relação ao desempenho de cidadania. No entanto, esta mesma ação seria acompanhada do discurso religioso, com promessas mudanças de vida, e eternidade no mundo vindouro.⁵⁶ Esta comunidade se tornaria alvo de observação participante com o objetivo científico de coleta de relevante construção, que contribuem com “a vida cotidiana dos nativos e, com isso, não me podiam passar despercebidas quais quer ocorrências, mesmo

⁵⁴ Todo o parágrafo baseado em BITTENCOURT FILHO, José. Matriz e matrizes: constantes no pluralismo. In: PASSOS, João Décio (Org.). *Movimentos do espírito: matrizes, afinidades e territórios pentecostais*. São Paulo: Paulinas, 2005. p. 22.

⁵⁵ MOREIRA, Cosme Alexandre Ribeiro. A força do pentecostalismo para transformar a sociedade: visão profética ou consequência da perseverança? In: OLIVEIRA, 2013, p. 87.

⁵⁶ MARIZ, Cecília Loreto. “Pentecostalismo e a Luta contra a Pobreza no Brasil”. In: GUTIERREZ; CAMPOS, 1996, p. 184.

acidentais: falecimentos, brigas, disputas, acontecimentos públicos e cerimoniais”.⁵⁷

A economia da cidade de São Gonçalo seria movimentada através de várias atividades, e produção de diferentes produtos agrícolas, por um forte comércio e prestação de serviços, e ainda por investimentos da indústria petrolífera, através de produção e distribuição de combustíveis, e refinarias, desenvolvendo-se em um dos principais do estado do Rio de Janeiro. Apesar de todos estes desenvolvimentos, o estado possui uma população de renda baixa, e consequentemente, a cidade de São Gonçalo, também as possui.⁵⁸

A comunidade denominada de Centro Evangélico Internacional do Alcântara, de cunho pentecostal clássico seria fundada por um empresário, bem sucedido, que nasceria em local de periferia urbana, com poucas oportunidades. A comunidade manteria um trabalho voltado específico em torno da satisfação de necessidades básicas desta população carente, a comunidade mantém – juntamente com outras comunidades - uma instituição voltada para a recuperação de toxicômanos, cursos de teologia e profissionalização, além de cursinho pré-vestibular, alfabetização de adultos, “corte e costura”, e outros. Doações de cestas básicas, atendimentos com profissionais que doam seus serviços, como dentistas, fonoaudiólogos, psicólogos e psicanalistas.

Para criar possibilidades verdadeiras de transformações sociais, o Pentecostalismo atua com diversos “carros-chefes” e em várias vertentes de inserção social como: cursos profissionalizantes, recolhimentos de distribuições de alimentos para os mais necessitados, ações conjuntas com o poder público para distribuição de leite às famílias cadastradas em programas

⁵⁷ MALINOWSKY, Bronislaw. *Argonautas do pacífico ocidental. Um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné Melanésia*. São Paulo: Abril Cultural, p. 16.

⁵⁸ Disponível em: <www.saogoncalo.rj.gov.br>. Acesso em: 19 mai. 2014.

sociais, cursos especiais de música para a comunidade, incluindo canto e canto coral e instrumentos dos mais variados tipos, inclusive aulas de piano, violino, tudo sem quaisquer ônus para a população, que aumenta ainda mais a confiança que os moradores de seu entorno depositam em suas igrejas.⁵⁹

O número de instituições da sociedade civil, que se propõem ao atendimento da população necessitada de tratamento para dependência química, teria crescimento, mediante a demanda. As propostas deste atendimento seriam variadas conforme visões e perspectivas religiosas. “Os crimes que [os antissociais] cometeram na vida tiveram origem, não na coragem e na força, mas na fraqueza gerada pela falta de religião e de Deus (...)”.⁶⁰

Os participantes desta comunidade creiam que vale a pena continuarem exercendo atos de benesses sociais, tornando um relacionamento saudável com a periferia e oferecendo uma contribuição para a comunidade.

Com efeito, a percepção de melhorias na vida de quem cultiva laços com associações é sempre mais favorável para o associativismo de base religiosa, até mesmo quando se consideram benefícios de caráter apenas material. Conforme será mostrado, tal percepção encontra respaldo empírico surpreendente, pois no caso do associativismo de caráter religioso a participação aparece não apenas claramente associada à posse de emprego ou ocupação remunerada, como também se revela expediente promissor para conjurar o risco do desemprego de longa duração.⁶¹

⁵⁹ MOREIRA, Cosme Alexandre Ribeiro. A força do pentecostalismo para transformar a sociedade: visão profética ou consequência da perseverança? In: OLIVEIRA, 2013, p. 85, 86.

⁶⁰ OTTOBONI, Mario; FERREIRA, Valdeci Antonio. *Parceiros da ressurreição*. São Paulo: Paulinas, 2004.

⁶¹ GURZA, Lavalley Adrian; CASTELLO, Graziela. “As benesses deste mundo - Associativismo Religioso e inclusão socioeconômica”. *Revista Novos Estudos*. São Paulo: CEBRAP, n.68, 2004, p. 74.

Por outro lado, os adeptos desta comunidade, que se coloram em serviços prestados à população, teriam consciência de que precisariam corrigir suas formas de abordagens, levando-se em conta o respeito de liberdade de expressão em meio a outras crenças, em diálogos plurais religiosos e macros ecumênicos. No entanto, estes seriam atraídos pelas concepções e mentalidades, as quais deliberariam relação psíquica com a sua sociedade mais carente.⁶² Estariam conscientes que precisariam melhorar o entendimento de que não seriam detentores da única verdade intolerante, pois o Espírito seria livre, soprando onde quer, e do modo que quer, e que os dogmas institucionais religiosos, não seriam a última palavra.⁶³

Os adeptos à comunidade também considerariam a responsabilidade pelo papel de ressocialização daqueles que seriam considerados *underclass* - discutido entre estado e o comércio, entre o desenvolvimentismo e neoliberalismo. Movidas ou não por preceitos de fé, ofereceria uma nova oportunidade progressiva sócia familiar. Em aspectos sociais voluntários ou herdados, os moradores da periferia teriam opção. O engajamento “extraculto” da comunidade acabaria se tornando também um culto, promovendo autoestima, respeito, dignidade, consolidação familiar, busca de sustento por meios lícitos e engrandecedores.

Na verdade, por trás do *boom* dessa espécie de “civismo transcendente” as igrejas parecem emergir como agentes de intermediação capazes de propiciar benefícios materiais de caráter público e privado para seus fiéis, particularmente aqueles engajados nas atividades sociais realizadas fora do culto.⁶⁴

⁶² CAMPOS, 2009. p. 15.

⁶³ ALVES, Rubem. *Dogmatismo e tolerância*. São Paulo: Loyola, 2004. p. 24.

⁶⁴ Todo o parágrafo baseado na obra de GURZA; CASTELLO. *In*: Revista Novos Estudos, 2004, p. 93.

O Centro Evangelístico Internacional de Alcântara, no presente momento, não teria candidatos a cargos políticos, no entanto, seria assediado por estes. “Um trabalho social desenvolvido e atingindo uma parte da população carente, chama a atenção. Principalmente daqueles ávidos por oportunismo e interesses próprios, mas até agora, temos tomado cuidado com isto”.⁶⁵

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A relação entre espiritualidade, pobreza, e a significação social, desenvolvidas nas comunidades pentecostais clássicas viria pela aferição do estado de pobreza de seus próprios adeptos. Como brasileiros, os pentecostais mediriam a insuficiência de renda, e a falta de serviços essenciais, moradia, saneamento, educação e serviços de saúde, que provocariam as migrações da população rural para as periferias das grandes cidades.

As estruturas sociais brasileiras seriam determinadas por uma sociedade de posição fadigada, melancólica, esgotada, voltada para os abusos venéreos, que contribuiriam com a falta de coesão. Entre a maioria populacional, de menor poder aquisitivo, o pentecostalismo se desenvolveria e cresceria, promovendo perspectivas de coesão social⁶⁶, sob as promessas de uma melhor vida individual, e ainda, a esperança pelo mundo vindouro, com ausência de problemas encontrados neste mundo.⁶⁷

⁶⁵ Fala do entrevistado E. A., um dos pastores da comunidade, e líderes da ação no social empregada pelo Centro Evangelístico Internacional do Alcantara, localizado no bairro de mesmo nome, na cidade de São Gonçalo, periferia urbana do Rio de Janeiro/RJ.

⁶⁶ MARIANO, R. Pentecostalismo no Brasil. Cem anos. *Revista do Instituto Humanitas Unisinos*, v. 10, n. 329, p. 6, 2010.

⁶⁷ ROLIM, 1987, p. 14.

O culto pentecostal ressignificaria as memórias sociais dos agentes nele envolvidos, promovendo uma “eticização da religião”, ou seja, submetendo as formas mágicas da religião popular, a uma única forma de “magia mais forte, única e justa que destrói os múltiplos espíritos e magias aéticas”. Em meio à prática de línguas estranhas e de mistério, que no momento específico do culto, ou reuniões específicas de busca do Espírito, o pentecostalismo, com relação à significação, dicotomizaria os símbolos antes “confusos na religião popular”. Eles continuariam existindo, porém com um tratamento diferente.⁶⁸

Entretanto, o pentecostalismo clássico, enquanto subjetivado, não teria condições para mudança ou de transformação social brasileira, ainda que demonstrasse poder para abertura de espaço para as minorias, concedendo sentimentos de pertença e empoderamento de seus adeptos participantes. Mesmo sendo um movimento de consciência social que se preocuparia com a qualidade de vida dos menos favorecidos, alfabetizando – através da Bíblia – proporcionando uma nova chance aqueles dispostos a viverem na “presença de Cristo”. O pentecostalismo se distanciaria das exigências sociais.

A sociedade, com seus anseios e necessidades, estaria exercendo influências sobre o pentecostalismo, que tornaria o discurso profético social, em baixa, o inverso aconteceria. O pentecostalismo se acomodaria com as ideologias advindas da sociedade e se absteria das propostas de soluções que ofereceriam pequenas reformas, utilizando-se de linguagem eficaz, não alienada, libertadora, e transformadora.

Não obstante, independente da situação de classe, ou da biografia individual participante, o pentecostalismo clássico seria disposto de um

⁶⁸ MARIZ, Cecilia Loreto. “Pentecostalismo e a Luta contra a Pobreza no Brasil”. In: GUTIERREZ; CAMPOS, 1996, p. 220.

sentimento de pertença ocasionando fidelidade, através de seus adeptos, à doutrina teológica, às práticas religiosas, e a visão de mundo proposta pelo discurso religioso pentecostal. Seria o objetivo pentecostal o bem estar individual e social, acompanhado de certo orgulho de pertencer a uma “coisa especial”. Isso se daria pelas oportunidades dadas ao indivíduo de participações em “ministérios”, os quais inserem nas pessoas o sentimento de utilidade e importância.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Ruben. Religião e enfermidade. In: REGIS DE MORAIS, J. F. *A construção social da enfermidade*. São Paulo: Cortez e Moraes, 1978.
- ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1983.
- ARISTÓTELES. *Política*. Brasília: UNB, 1988.
- BARRERA RIVERA, Paulo. *Tradição, transmissão e emoção religiosa. So-ciologia do protestantismo na América Latina*. São Paulo: Olho D'Água, 2001.
- BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade. Tratado de sociologia do conhecimento*. Petrópolis: Vozes, 2009.
- CAMPOS Jr., Luis de Castro. *Pentecostalismo e transformações na sociedade: a igreja avivamento bíblico*. São Paulo: Annablume, 2009.
- CAMPOS, L. S. *Teatro, templo e mercado: organização e marketing de um empreendimento neopentecostal*. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Simpósio Editora e Universidade Metodista de São Paulo, 1997.
- CORRÊA DARCÍSIO. *A construção da cidadania: reflexões histórico-políticas*. Ijuí: UNIJUI, 1999.
- CRESPO, Antônio Pedro Albernaz. GUROVITZ, Elaine. A pobreza como um fenômeno multidimensional. *RAE-eletrônica*, Volume 1, Número 2, jul-dez/2002, p. 5.
- D'EPINAY, Christian Lalive. Religião, espiritualidade e sociedade. Estudos sociológicos do pentecostalismo latino americano. In: *O Pentecostalismo. Cadernos do ISER nº6 – Instituto Superior de Estudos da Religião*. São Paulo: Tempo e Esperança Editora, 1977.
- FERNANDES, Rubem César. Governo das almas. As denominações evangélicas no Grande Rio. In: ANTONIAZZI, Albert. *Nem anjos, nem demônios: interpretações sociológicas do pentecostalismo*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- FETTER, Marília. A cidadania imperial romana. In: *Governo do Estado do Rio Grande do Sul – Secretaria de Educação*, 1993.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala em quadrinhos*. 3. ed. São Paulo: Global, 2005.
- FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. *Dicionário de ciências sociais*. Rio de Janeiro: FGV, 1986.
- GURZA, Lavalley Adrian, & CASTELLO, Graziela. “As benesses deste mundo - Associativismo Religioso e inclusão socioeconômica”. *Revista Novos Estudos*. São Paulo: CEBRAP, n.68, 2004.

HOLANDA, Sergio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LOPES, Marcelo. Bem aventurados os ‘pobres’; porque eles reinam (ao menos) no ‘pentecostalismo’. *Acta Scientiarum. Human and Social Sciences*. Maringá, v. 34, n. 2, p. 141-145, July-Dec., 2012.

MALINOWSKY, Bronislaw. *Argonautas do pacífico ocidental. Um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné Melanésia*. São Paulo: Abril Cultural, p. 16.

MARIANO, R. Pentecostalismo no Brasil. Cem anos. *Revista do Instituto Humanitas Unisinos*, v. 10, n. 329, p. 6, 2010.

MARIZ, Cecília Loreto. Pentecostalismo e a luta contra a pobreza no Brasil. In: GUTIERREZ, B. CAMPOS, L. S. (Eds.). *Na Força do Espírito. Os Pentecostais na América Latina: um desafio às igrejas históricas*. São Paulo: Aipral, 1996. p. 184.

MARSHALL, T. H. *Cidadania, classe social e “status”*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

MENDONÇA, A. G. *Protestantes, pentecostais e ecumênicos: o campo religioso e seus personagens*. 2. ed. São Bernardo do Campo: UMESP, 2008.

MONTEIRO, Carlos Augusto. A dimensão da pobreza, da fome e da desnutrição no Brasil. *Estud. av.* [online]. 1995, vol. 9, n. 24, p. 195-207.

MOREIRA, Cosme Alexandre Ribeiro. A força do pentecostalismo para transformar a sociedade: visão profética ou consequência da perseverança? In: OLIVEIRA, David Mesquiati de (Org.). *Pentecostalismo e transformação social*. São Paulo: Fonte Editorial, 2013.

OLIVEIRA, David Mesquiati de (Org.). *Pentecostalismo e transformação social*. São Paulo: Fonte Editorial, 2013.

OTTOBONI, Mario; FERREIRA, Valdeci Antonio. *Parceiros da ressurreição*. São Paulo: Paulinas, 2004.

PRADO, Paulo. *Retratos do Brasil: ensaios sobre a tristeza brasileira*. 2. ed. São Paulo: IBRASA; Brasília: INL, 1981.

ROLIM, Francisco. Cartaxo. *O que é o pentecostalismo*. Brasília: Brasiliense, 1987.

SAUSURRE, Ferdinand. *Curso de linguística geral*. 20. ed. São Paulo: Cultrix, 1995.

SCHÜTZ, Alfred. O estrangeiro – um ensaio em psicologia social. *Revista Espaço Acadêmico* – nº 113 – outubro de 2010, p. 119.

TIBOLA, Luciana Rosniak. *A formação do cidadão no ensino público fundamental entre as décadas de 70 e 90: considerações sobre a legislação educacional*. Dissertação apresentado ao curso de Mestrado em educação da Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria: UFSM, 2006.